



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 092/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00104 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Habitação

**UNIDADE:** Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso aos contratos firmados com a empresa Parque Raposo Empreendimentos Imobiliários Ltda, como também dos extratos dos valores pagos à referida empresa, referente ao Edital de CREDENCIAMENTO nº 001/ 2022, Processo PSH-PRC-2021/00054. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 092/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em recurso, o órgão informou *"que não há contrato de obra entre a Companhia e a referida credenciada, e sim, contratos de financiamento em nome dos mutuários, que trazem informações de caráter pessoal, protegidas pela LGPD. Portanto, o pedido não pode ser atendido nos termos do art. 7º, inciso X, combinado com os artigos 24 e 26, todos da Lei nº 13.709/18 (LGPD)".* Insatisfeito, a cidadã interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, solicitando cópia da minuta do contrato de financiamento.
3. Instada a se manifestar, o ente encaminhou cópia do documento solicitado. Cientificada, a solicitante comunicou que a informação encaminhada contempla o solicitado, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que o órgão atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202302760A